



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Regulamentação da inteligência artificial

Com o rápido desenvolvimento da tecnologia, a onda digital espalha-se por todo o mundo e a inteligência artificial não só traz inovação em várias áreas, mas também tem um enorme potencial em termos de eficiência e serviços modernos. No entanto, há uma séria de questões que merecem a nossa reflexão, incluindo a criação do enquadramento jurídico, a educação da ética, a identificação da veracidade das informações, a protecção da privacidade, a protecção dos direitos de propriedade intelectual, que podem facilmente tornar-se num novo instrumento para a prática de burla e a partir daí surgirem potenciais fenómenos de dependência e riscos ocultos de dependência excessiva da tecnologia, entre outros, o que constitui um novo desafio para a cibersegurança.

Recentemente, a Polícia Judiciária reportou o primeiro caso de burla informática ocorrido em Macau relacionado com a inteligência artificial. A Polícia Judiciária recebeu uma denúncia de um residente, informando de que alguém tinha usado o seu retrato numa plataforma social para fazer um vídeo e publicou um *post* de um projecto de investimento em criptomoeda que garantia “ganhos com estabilidade”. Após clicar no *post*, os utilizadores eram levados para uma página electrónica falsa de um jornal de Macau, com um vídeo de um retrato produzido com recurso à inteligência artificial, o que fez soar o alarme na sociedade de Macau. Na sequência do rápido desenvolvimento e ampla aplicação da inteligência artificial, o Governo, para além de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

reforçar as informações e o ensino das novas tecnologias, deve dar importância à criação de valores e atitudes positivas, aperfeiçoando, activamente, a fiscalização e regulamentação das respectivas leis.

Pelo exposto, interpele sobre o seguinte:

1. Segundo o Governo, vão ser lançadas, no próximo ano lectivo, directrizes de referência, as quais determinam que, para além das actividades educativas e das situações especiais orientadas pelos docentes, deve ser limitado o uso de equipamentos electrónicos, como telemóveis, pelos alunos durante as aulas e os intervalos. Além disso, o Governo vai tomar como referência as “Orientações para a Utilização de Inteligência Artificial nas Escolas Primárias e Secundárias (Edição de 2025)” publicadas em Maio do corrente ano, no Interior da China, para lançar orientações semelhantes, a fim de orientar, de forma eficaz, os alunos do ensino primário e secundário no uso correcto e seguro das tecnologias de inteligência artificial, garantindo o equilíbrio entre a qualidade educativa e o desenvolvimento inovador?
2. O rápido desenvolvimento da inteligência artificial alterou, em grande medida, o modo de vida e o modo de trabalho dos seres humanos, e trouxe novos desafios à protecção da propriedade intelectual. O Interior da China publicou, em Março do corrente ano, os “Métodos para Identificação de Conteúdo Sintético Gerado por Inteligência Artificial”, para regulamentar a respectiva matéria, proteger os direitos e interesses dos cidadãos, das pessoas colectivas e outras organizações, e salvaguardar os interesses públicos da sociedade. A União Europeia também tem a “Lei da Inteligência Artificial”, exigindo que os fornecedores de serviços da



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

IA identifiquem o conteúdo gerado com sinal distintivo permanente para impedir o seu desaparecimento durante a transmissão do conteúdo. O Governo vai considerar as medidas legais de outros países e regiões para lidar com a falsificação, acelerar o estudo sobre a criação de regras à protecção dos direitos de propriedade intelectual nos novos sectores, como a inteligência artificial e megadados?

3. Perante o desenvolvimento contínuo da inovação tecnológica e da valorização industrial, é necessário dar grande importância ao equilíbrio entre o progresso tecnológico e as restrições éticas. O Governo vai reforçar a divulgação e a formação sobre a ética das tecnologias digitais junto do público, nomeadamente, dentro do Governo, das instituições de ensino superior, das empresas, etc., para elevar ainda mais a consciência e as técnicas do público sobre a ética da tecnologia digital, e garantir que o desenvolvimento e a aplicação das respectivas tecnologias correspondem aos valores fundamentais da sociedade e aos princípios morais?

23 de Maio de 2025

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Ho Ion Sang